

RE no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.181.743 - SP (2017/0255852-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : SERVCATER INTERNACIONAL LTDA
ADVOGADO : JOÃO FELIPE MARTUCCI COSTA E OUTRO(S) - SP287080
RECORRIDO : ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD
ADVOGADOS : KARINA HELENA CALLAI E OUTRO(S) - DF011620
RODRIGO KOPKE SALINAS - SP146814
LEO WOJDYSLAWSKI E OUTRO(S) - SP206971
ADVOGADA : ROSÂNGELA MARIA OLIVEIRA LOIOLA E OUTRO(S) - DF026550

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO APÓS O PRAZO LEGAL. APLICAÇÃO DO ART. 219, *CAPUT*, DO CPC. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por SERVICATER INTERNACIONAL LTDA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra decisão monocrática prolatada pelo eminente Ministro Marco Buzzi, dando provimento ao recurso especial do recorrido, restabelecendo a sentença e julgando improcedente a pretensão deduzida na inicial. (fls. 334/338)

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 343/351), sustenta a parte recorrente afronta ao artigo 145, inciso II, da Constituição Federal, ao argumento de que "a Recorrida é ente privado, possui associados e regulamentos, portanto, não tem o poder de regulamentar a Lei de Direitos Autorais e tão pouco autoridade de lavrar termos de autuação, impor penalidades e ao final cobrar taxas e/ou contribuições". (sic)

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 398/403.

É o relatório.

O recurso extraordinário não deve ser admitido por manifesta intempestividade.

Extrai-se dos autos que o acórdão recorrido foi considerado publicado em 29/10/2018 (segunda-feira) (certidão de fl. 339). Dessarte, a contagem do prazo quinzenal iniciou-se em 30/10/2018 (terça-feira) e encerrou-se em 22/11/2018 (quinta-feira), computados apenas os dias úteis, nos termos do artigo 219, *caput*, do Código de Processo Civil.

Ocorre, porém, que o apelo extremo somente foi protocolado em 23/11/2018 (sexta-feira), sendo, portanto, manifestamente intempestivo.

Não bastasse isso, o recurso foi interposto contra decisão monocrática, o que também importa em inadmissão do apelo.

Ante o exposto, nos termos do art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente

